

AGRONEGÓCIO E SUAS BASES: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA, DEPENDÊNCIA E PROLETARIZAÇÃO

**AGRIBUSINESS AND ITS BASES: CONSERVATIVE MODERNIZATION,
DEPENDENCE AND PROLETARIANIZATION**

Ítalo Gimenes Dias da Fonseca¹
<https://orcid.org/0009-0007-2203-7110>

RESUMO

Este artigo é uma síntese baseada na leitura de autores clássicos e contemporâneos acerca da formação e do desenvolvimento do agronegócio. Parto de discutir o conceito de *agribusiness* e a modernização conservadora da Ditadura empresarial-militar. Em seguida abordo as contradições geradas pelo projeto de agricultura do regime militar, frente à proletarização no campo e à dependência externa, levando ao esgotamento desse modelo e a transição para a economia do agronegócio com o advento do neoliberalismo no Brasil. O objetivo é contribuir com uma abordagem materialista histórica desse processo e com os estudos sobre o tema do agronegócio, assim como indicar elementos para o estudo das lutas sociais contra a precarização do trabalho e o extrativismo no campo brasileiro.

Palavras-chave: agronegócio; modernização conservadora; proletarização; dependência; ditadura empresarial-militar.

ABSTRACT

This article is a synthesis based on the reading of classic and contemporary authors regarding the formation and development of agribusiness in Brazil. The starting point is the discussion of the agribusiness concept and the conservative modernization of the military dictatorship in that country. Then, I address the contradictions generated by the military regime's agricultural

¹ Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela UFRN. E-mail: italogfonseca@hotmail.com.

project, in the face of proletarianization in the countryside and external dependence, leading to the exhaustion of this model and the transition to the agribusiness economy with the advent of neoliberalism in Brazil. The objective of this work is to offer a contribution to a historical materialist approach of this process and to the studies on the subject of agribusiness, as well as to indicate elements to study the social struggles against the precariousness of work and extrac-tivism in the Brazilian countryside.

Keywords: agribusiness; conservative modernization; proletarianization; dependence; brazilian military dictatorship.

Olhar para o Brasil do século XXI, consolidado como um dos países que mais exporta produtos agrícolas do mundo, suscita a necessidade de compreender as estruturas sociais que sustentam a agricultura brasileira contemporânea, hegemonizada pelo modelo do agronegócio. Com este trabalho, busco estabelecer uma síntese teórica de alguns dos principais estudos sobre o período de formação das bases para o agronegócio brasileiro, com destaque para a política agrária dos governos militares pós-golpe de 1964. Faz parte de uma pesquisa mais ampla que propõe compreender o que é o agronegócio brasileiro, no que se baseia a sua força e também as suas contradições, de modo a contribuir com uma reflexão crítica acerca desse modelo e apontar caminhos para a sua superação.

Há uma vasta literatura acadêmica, em distintas áreas do conhecimento, que analisa a metamorfose das relações sociais de produção no campo brasileiro responsáveis pela emergência do agronegócio enquanto pilar econômico do Brasil no século XXI. Com o propósito de contribuir para uma leitura materialista histórica sobre esse tema, busquei aprofundar o debate promovido por autores clássicos da sociologia brasileira, referenciados no marxismo, sobre a questão agrária durante o período da Ditadura empresarial-militar, como José de Souza Martins e Octavio Ianni. Mas também por autores que refletem sobre esse tema na atualidade, como Guilherme Delgado, Caio Pompeia e Antonio Ioris. Organizei a exposição de modo a apresentar o contexto mundial no qual surge o conceito de *agribusiness* e sua relação com o projeto desenvolvimentista dos militares no campo. Em seguida, exponho pontos fundamentais da análise sobre a modernização conservadora do capitalismo brasileiro ao longo da Ditadura empresarial-militar.

Destaco as políticas de formação de uma agroindústria e de um empresariado rural e suas relações de dependência com o capital monopolista e financeiro, bem como a combinação de medidas de estatização da “reforma agrária” com a expansão do latifúndio por meio da colonização da Amazônia e do Centro-Oeste. Em seguida, trato do processo de proletarianização do campo, analisado pelo sociólogo Octávio Ianni (2019), destacando as contradições da ampliação e a massificação da classe trabalhadora no campo e na cidade produzida pela modernização conservadora.

Por fim, abordo o esgotamento do projeto dos militares para o campo brasileiro e o seu redesenho à luz da globalização neoliberal, que culminou na chamada economia do agronegócio como pilar da dominação burguesa no Brasil do século XXI.

Como conclusão, observo que a subordinação da agricultura ao capital financeiro, mediante a necessidade de uma política de crédito rural abundante, centrada na produção para o mercado externo, se aprofunda com a consolidação neoliberal do agronegócio no Brasil. Frente à relação de dupla dependência da economia brasileira com os EUA e com a China, em que o agronegócio é parte central, o cenário contemporâneo aponta que as tensões comerciais e geopolíticas entre esses dois países subscrevem um desafio para a estabilidade da economia do agronegócio. Ao mesmo tempo, aponto a necessidade de os novos estudos sobre o agronegócio brasileiro serem capazes de concatenar as faces da dupla exploração entre o trabalho e a natureza, frente à nova dinâmica de proletarianização do campo, aprofundando a diversificação das formas de precarização do trabalho, mas também a expansão do latifúndio sobre diferentes biomas, tornando o agronegócio o maior responsável no país pelo agravamento da emergência climática.

O QUE É O AGRONEGÓCIO, OU AGRIBUSINESS?

O conceito surge no contexto de transformações da agricultura a nível global na década de 1950. Após a Segunda Guerra Mundial, o comércio mundial de alimentos cresceu exponencialmente, com os Estados Unidos exercendo a hegemonia na sua produção por meio do desenvolvimento da indústria agrícola. Era parte da “longa onda expansiva”, conforme Mandel (1990), que caracterizava a fase de crescimento relativamente estável do capitalismo, em base à enorme destruição prévia de forças produtivas. Ficou conhecido como “boom” do pós-guerra ou a “Era de ouro do capitalismo”, nos termos de Eric Hobsbawm (2007). Diferente dos países da Europa, ou do Japão, devastados pela guerra, os EUA viveram um período de contínuo acúmulo de forças produtivas, que permitiu que se tornasse a principal potência industrial e financeira do pós-guerra.

Com o objetivo de elevar a produtividade no campo, o Estado norte-americano impulsionou a industrialização da agricultura, por meio de mecanismos de facilitação de crédito, permitindo a articulação de capitais na agricultura, mas também subordinando-a mais à valorização do capital financeiro. Os Estados Unidos favoreceram empresas mais poderosas que passaram a concentrar terras e diferentes ramos da cadeia produtiva ligada ao campo. Essa verticalização da produção

agropecuária deu origem a grandes multinacionais como Bunge, Cargill, Monsanto, *players* norte-americanas dominantes em distintos mercados pelo mundo até hoje, inclusive no Brasil².

Nesse contexto, dois professores da escola de negócios de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, pensam em como transformar a crescente inter-relação da agricultura com suas funções secundárias (indústria) e terciárias (comércio e serviços) em um modelo de negócios. Davis, além de acadêmico, era um homem ligado a entidades representativas de cooperativas agropecuárias e de comercialização de lã. Foi também secretário-assistente do Departamento de Agricultura (USDA) durante a gestão de Eisenhower (1953-1961). Junto a Goldberg, criaram o termo *agribusiness* em 1955, com o objetivo de fazer com que as cadeias de produção agroindustrial fossem entendidas como uma só, como um sistema integrado por agentes econômicos a jusante e a montante³ da agricultura.

Delgado (2012) afirma que outros conceitos que se aproximavam da ideia de *agribusiness* já eram utilizados anteriormente, como complexos agroindustriais, complexo rural e cadeia produtiva. Buscavam dar enfoque aos novos ramos que se formavam a partir dessa integração de diferentes estágios da produção e da circulação de mercadorias ligados à agropecuária. O termo *agribusiness* não tinha pretensão de criar um conceito seminal, teoricamente explicativo de relações econômicas e sociais determinadas. No mesmo sentido, Ioris (2018, p. 2) assinala que o *agribusiness* é “mais que um regime comercial da agricultura praticado em fazendas de alta tecnologia”, mas sim “uma abordagem particular da gestão de propriedades rurais, da mobilização de recursos e do financiamento e comercialização da produção”.

Como afirma Pompeia (2021), não foi um termo que surgiu do *agro*, mas do *business*, e seu objetivo não era explicativo ou semântico, mas sim de produzir um discurso voltado ao grande público, principalmente aos órgãos de Estado. Serviria para, mediante estratégias de marketing, disputar a opinião pública em favor de uma imagem de desenvolvimento por meio da agricultura que favorecesse os pleitos de produtores e de demais agentes ligados a determinadas cadeias produtivas. Entre outras coisas, buscavam dar legitimidade à busca por reconhecimento político enquanto grupo importante economicamente, usando de dados estatísticos e de estudos acadêmicos para barganhar incentivos estatais, sobretudo de crédito.

2 Segundo ranking da Globo Rural “500 melhores do agro” de dezembro de 2022, citado por Lanfredi (2023), “duas empresas que lideravam o ranking em faturamento no país são as imperialistas Cargill (R\$ 94 bilhões) e Bunge (R\$79 bilhões) que são tanto *traders* como agroindústrias de soja e óleos. Elas são seguidas pela agroindústria brasileira de carne JBS (R\$55bi), seguida de outra *trader* de soja e óleos, agora nacional, a Amaggi (R\$47bi), outra brasileira de carnes, a BRF (R\$47bi), outra *trader* imperialista de soja e óleo, a LDC, depois localizava-se a indústria belgo-brasileira de bebidas AMBEV (R\$43bi), a papelreira brasileira Suzano (R\$31bi), a imperialista de sementes e agrotóxicos Bayer (R\$31bi) e fechando o *Top 10* está a norueguesa de fertilizantes Yara (R\$30bi)”. (Lanfredi, 2024).

3 Os termos *jusante* e *montante* fazem analogia à direção das correntes fluviais para definir a direção das funções ligadas à produção agrícola. *Montante* faz referência às funções que ocorrem “antes da porteira”, como a produção de máquinas e insumos agropecuários. *Jusante* são as funções desenvolvidas “após a porteira”, como transporte, estocagem, industrialização e comércio. Funções como o sistema financeiro ocorrem nas duas pontas, sendo parte do fornecimento de crédito para a produção, portanto uma função a montante, como também na especulação financeira da produção, tal qual fazem as *traders*, definidas como uma função a jusante.

Em resumo, podemos afirmar que o termo *agribusiness* serviu como uma moldura ideológica, propagada nos círculos acadêmicos, na mídia e no ambiente político como estratégia de disputa de interesses no interior do Estado e da sociedade de setores ligados à agroindústria e ao capital financeiro. Eficiência e alta produtividade na produção de alimentos e produtos agrícolas são os principais argumentos que levaram os agentes econômicos a se enquadrarem no modelo do *agribusiness*. O uso intensivo de capital na agricultura e a extensa integração da produção agrícola com as cadeias alimentares parecem ter oferecido uma evidência da eficiência tecnológica, do sucesso econômico e de benefício ao consumidor da produção em larga escala, do sistema de logística extensivo e das transações de troca internacionais (Ioris, 2018).

Ainda que John Davis pregasse que o *agribusiness* só poderia se desenvolver com menor intervenção estatal, o que se viu foi uma forte atuação do governo norte-americano para impulsionar iniciativas de grandes empresas no exterior, em detrimento das políticas de garantia de preços para pequenos produtores, os *family farmers* nos EUA. Essas famílias de agricultores foram induzidas a deixarem de produzir no campo frente à força dos grandes monopólios e serviram de mão de obra para essa nova agroindústria, assim como outras indústrias na cidade. Era uma diminuição seletiva do Estado na economia, que garantisse a “liberdade” de pequenos produtores rurais se proletarizarem nas indústrias e grandes fazendas, além de uma série de incentivos à formação de grandes monopólios agroindustriais.

A expansão global da agroindústria também contou com o Estado norte-americano como agente decisivo. Em meio à Guerra Fria, o governo democrata de Lyndon B. Johnson adotou o discurso de “guerra contra a fome” para defender a modernização das estruturas de produção de alimentos de países em desenvolvimento. No lugar da política de transferência de excedentes agrícolas, entrou a política de “apoio à produção interna nos países cujas populações apresentassem alta prevalência de insegurança alimentar e estivessem na órbita de influência dos Estados Unidos” (Pompeia, 2021, p. 59).

Com a maior liberalização financeira a partir dos anos 1970 no contexto da chamada Revolução Verde, com desenvolvimento tecnológico da produção agrícola, como máquinas, silos, sementes, agroquímicos etc., houve um impulso para a exportação de capitais para a periferia do capitalismo. Frente aos ganhos de produtividade, a Revolução Verde foi vendida como a solução para o problema da fome na África, na Ásia e na América Latina. O termo “revolução” não foi sem propósito. Buscava opor a modernização produtiva às “revoluções vermelhas”, dos soviéticos, no cenário internacional. Eram anos convulsivos da luta de classes, com revoluções ocorrendo em Cuba, na Indonésia, na China, na Bolívia entre outros países. Se tratava de uma política de Estado, de controle de áreas de influência por parte dos EUA, que via a fome como base para potenciais revoluções sociais. Aliada às disputas geopolíticas, a Revolução Verde se propunha a satisfazer as necessidades da etapa imperialista⁴, ampliando a acumulação de capital na agricultura por meio da exportação de capitais para a periferia.

4 Faço alusão direta aos termos do marxista e revolucionário russo Vladimir Lenin, em sua obra “Imperialismo, fase superior do capitalismo” (1982), escrito em 1916, cujo termo “etapa” diz respeito a um período de longa duração, presente nos dias atuais, de decadência histórica do capitalismo, marcado por ciclos de crises, guerras e também revoluções.

MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: INDUSTRIALIZAÇÃO DEPENDENTE, EXPANSÃO DO LATIFÚNDIO E ESTATIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Modernização conservadora foi usado no Brasil pela primeira vez como conceito por Alberto de Passos Guimarães (1982) e foi incorporado por uma vasta gama de estudiosos do período da Ditadura empresarial-militar brasileira. É uma das chaves de análise sobre o nosso modelo de desenvolvimento capitalista mais bem consolidada na literatura, assim como a análise de Caio Prado Junior (2011) sobre o “sentido da colonização” presente na nossa estrutura agrária, que combinava o trabalho escravo com a monocultura e a produção voltada à exportação. Resumidamente, a ideia de modernização conservadora buscava tratar da combinação entre o salto na industrialização nacional (rural e urbana), a modernização das classes dominantes e a proletarianização ampliada, com o fortalecimento de uma estrutura social latifundiária, semicolonial e dependente. Uma espécie de “modernização do atraso”.

Florestan Fernandes, Otávio Ianni, José de Souza Martins e outros sociólogos utilizaram esse termo junto à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, consolidada pelo revolucionário russo Leon Trotsky (2017). Uma teoria que descreve a tendência gerada pela expansão da lei do valor, ao esbarrar em formações sociais pré-capitalistas ao redor do globo. Essa tendência consiste na incorporação de elementos do passado que ajudem no intento de superar a desigualdade do estágio de desenvolvimento das forças produtivas em cada localidade, país ou região.

Ao contrário de uma leitura unilinear e progressiva da história, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado aponta que a desigualdade do desenvolvimento capitalista em cada país pode ser relativa, já que os países “atrasados” se veem obrigados a “saltar etapas”. Por isso, não podem dispensar as ferramentas de exploração herdadas de suas distintas formações sociais pré-capitalistas, por mais reacionárias e violentas que sejam, usando-as para acelerar seu ritmo de desenvolvimento. Assim, fica patente o caráter conservador e reacionário das burguesias nacionais, principalmente nos países “atrasados”, incapazes de se desfazer da dependência e da subordinação às burguesias das grandes potências imperialistas. São sempre vis e covardes diante de qualquer movimento progressista das massas.

Nas décadas de 1950 e 1960, o país vivia um ascenso de massas, contido pelo golpe empresarial-militar de 1964. Os camponeses e trabalhadores rurais compunham a ala mais massiva e radicalizada. Naquele tempo, os camponeses eram cerca de dois terços da população nacional. Enfrentavam o problema histórico da concentração de terras no país, a ausência de reforma agrária, com o êxodo rural e a expulsão de camponeses de suas terras, problemas promovidos pela acelerada industrialização, sobretudo do complexo canavieiro, que buscava se aproveitar da expulsão de Cuba do comércio mundial.

Logo no início dos anos 50 ocorrem lutas pontuais no campo, mas com métodos bastante combativos, que se chocavam com o poder estatal. A guerrilha de Porecatu em São Paulo e no Paraná em 1950, a revolta Dona Noca no Maranhão em 1951 e a implementação do território livre de Trombas e Formoso em 1953 no Goiás são alguns exemplos destacados pela historiografia. O último exemplo, que é parte da luta dos posseiros, implementou a distribuição e a coletivização

das terras de uma região de dez mil km², em uma área próxima àquela na qual seria construída a cidade de Brasília, sendo organizado por comitês políticos (chamados Conselhos de Córrego) de camponeses armados.

Em 1955 é fundada em Pernambuco a associação rural Liga Camponesa da Galileia, que passa a se organizar contra o aumento do foro (aluguel) e expulsão desses foreiros para expansão do plantio de cana, levando-os à conquista da desapropriação do Engenho da Galileia em 1959. O que produziu uma propagação do movimento das Ligas por todo o território nacional, atingindo 18 dos 22 estados existentes à época. Em 1963 ocorreu a maior greve camponesa já registrada até então, parando os trabalhadores rurais da indústria açucareira, que impuseram o reajuste de 80% dos salários (Matos e Urbano, 2007).

É estabelecido pela literatura e pela historiografia crítica daquele período que o golpe empresarial de 1964 teve como objetivo fechar pela direita o ascenso da luta de classes dos anos 60. Farias (2020) afirma que, ainda que de forma incipiente, o que estava acontecendo era uma verdadeira reforma agrária, conduzida não pelo Estado, mas pela própria luta dos camponeses, sendo o melhor exemplo o de Trombas e Formoso. Com base no Censo Agrário do IBGE, Farias (2020) mostra que houve um ligeiro aumento de pequenas propriedades entre 1940 e 1960, de 17,9% para 21,4% da área ocupada. Essa reforma agrária, imposta pelas lutas no campo, balançou a estrutura fundiária brasileira. O golpe de 1964 se deu para impedir esse processo. O fato de as primeiras medidas implementadas pelo regime militar estarem ligadas ao campo evidencia isso.

José de Souza Martins (1984) em seu livro *A militarização da questão agrária no Brasil* aponta que os governos militares tiveram duas questões principais a enfrentar. A primeira, já mencionada, era a contenção dos processos de luta de classes, sobretudo a luta das Ligas Camponesas. E a segunda dizia respeito aos impasses causados pela industrialização durante o século XX para a questão agrária brasileira. A premissa de sua análise consiste no caráter da questão agrária brasileira, pautada por uma burguesia nascida no campo. Todo o processo de modernização produtiva, como a industrialização ao longo de todo século XX, não só no campo, dependia da metamorfose da renda da terra em capital e do domínio do capital financeiro transnacional (Martins, 2010). Um processo que transforma terras do Estado (sejam elas ocupadas ou não por posseiros, indígenas, ou qualquer outro setor) em propriedade privada (por meio da grilagem e de outros mecanismos), que Martins define como uma acumulação primitiva permanente (Martins, 2010).

Essa relação simbiótica entre renda da terra e capital não era sinônimo de harmonia, pelo contrário. O monopólio das terras provocava tensões com setores industriais, sobretudo por conta do controle político de oligarquias rurais da terra. Por um lado, o latifúndio absorvia poucos incrementos tecnológicos e não correspondia às expectativas produtivas. Portanto, o uso político das terras por oligarquias regionais obstaculizava a modernização produtiva, causando choques entre setores dominantes. Por outro, dificultava a formação de um aparelho de Estado centralizado e disputava a soberania política da classe dominante.

Em resposta, foram dois os pilares da política de militarização da questão agrária durante a Ditadura: 1) a federalização do comando das terras e 2) a centralização, ou a estatização da reforma agrária. Combinavam a maior repressão e perseguição de lideranças das Ligas Camponesas, dos sindicatos rurais e de setores da Igreja Católica ligados à luta camponesa, com uma aparente

execução dessa reforma “pelo alto”, que foi o Estatuto da Terra de novembro de 1964, o primeiro marco legal que determinava parâmetros para a reforma agrária no Brasil. Definia o que era latifúndio e como “superá-lo”, com mecanismos que facilitavam as desapropriações, fazendo com que o movimento camponês (golpeado pela repressão) se limitasse a lutar dentro desse marco legal. No Estatuto também se estabelecia a “função social da terra” para fins de reforma agrária, princípio jurídico que é utilizado na Constituição de 1988 até os dias de hoje.

Portanto, o regime, além de incrementar seu aparato repressivo, criava um mecanismo de exercício da hegemonia, estabelecendo regras para a luta camponesa e, com isso, desenvolvendo o Estado no seu sentido integral, de maior interpenetração entre sociedade política e sociedade civil, nos termos de Antônio Gramsci (2020). Enquanto, na prática, ao contrário de superar o latifúndio, o que o Estatuto da Terra fez foi “modernizá-lo”, criando as bases de uma estrutura fundiária empresarial. A fundação da Confederação da Agricultura e Pecuária Brasileira (CNA), em 1964, pelo próprio regime militar, buscava criar um mecanismo de tutela sobre o empresariado rural, sob liderança dos agentes que mais se beneficiariam da modernização produtiva. A reconfiguração da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) cumpriria o mesmo papel de tutela do Estado, voltado à luta dos trabalhadores rurais, junto à intervenção em sindicatos rurais, de modo a impor uma representação que subordinasse a luta agrária às regras criadas pelo Estatuto da Terra, ou seja, aos estreitos limites que o governo militar concedia (Firmiano, 2014).

Essas medidas tinham como princípio a “despolitização” da questão agrária (Martins, 1984), de modo a tratá-la como uma questão técnica, alterando a estrutura política do Estado e gradualmente retirando poderes de fazendeiros para dar-se-os ao grande empresariado rural, nacional e estrangeiro. A criação do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970, que passara a centralizar decisões sobre questões fundiárias e direcioná-las por setor, foi parte desse dirigismo do Estado em benefício do empresariado rural. A condição *sine qua non* para acelerar o desenvolvimento das forças produtivas era descarregar sobre os trabalhadores, camponeses, no meio ambiente e nas comunidades tradicionais, os efeitos da repartição do valor com a burguesia financeira e monopolista. Diante disso, militarizaram a questão social da terra para que a modernização agrícola no campo não causasse distúrbios que ameaçassem a propriedade latifundiária.

Outro mecanismo fundamental para o processo de modernização conservadora no campo foi o sistema nacional de crédito rural, criado em 1965, responsável por financiar os incentivos à nova estrutura fundiária empresarial no país e à entrada de capitais no campo brasileiro. O crédito rural só poderia ser obtido pelo latifundiário se fosse destinado à compra de maquinário, de fertilizantes e de insumos fornecidos pela agroindústria. Portanto, a política de crédito foi instrumento para obrigar o oligarca, latifundiário, a modernizar a sua produção e destravar o aumento de produtividade na agricultura, mas mantendo o latifúndio. Permitiu o aceleração da introdução de tecnologia no campo e a criação de uma indústria de tratores, fertilizantes e outros insumos agrícolas.

Entre 1970 e 1975, o crescimento do crédito concedido chegou a 18% ao ano, com a agricultura representando 33% do crédito total concedido pelo Estado. Representava a entrada

definitiva da agricultura no sistema financeiro, além de uma enorme transferência de recursos estatais para a agricultura, direcionados principalmente para colheitas de exportação e a agroindústria, para grandes produtores e concentrados na metade Sul do país (Firmiano, 2014). O fato do Banco do Brasil ter se constituído, naquela época, como principal mediador entre a burocracia estatal e os empresários rurais nos ajuda a entender como ele se tornou o principal financiador do agronegócio da atualidade (Lanfredi, 2024). Não obstante, a maior parte das máquinas e dos insumos agrícolas só pôde ser adquirida a partir das grandes multinacionais, ao mesmo tempo que se aprofunda uma “dissolução” do capital nacional em capital transnacional, sobretudo por intermédio do sistema financeiro (Firmiano, 2014).

A exportação de capitais na agricultura brasileira é anterior ao golpe empresarial-militar de 1964. Dreifuss (1981) revela a complexa teia de articulações entre empresas multinacionais, transnacionais, agências privadas e estatais desde meados dos anos 1950, com centro nos EUA, cujo objetivo era expandir o capital imperialista no Brasil. Entre elas estão a Fundação Rockefeller, a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento, na sigla em inglês (USAID), a Aliança para o Progresso, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Escritório Técnico para Agricultura (ETA), Associação Brasileira Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entre outras. O próprio Nelson Rockefeller, cuja fundação historicamente recebeu financiamento do Estado norte-americano, veio ao Brasil, onde ficou entre 1947 e 1951, adquirindo a maior parte do capital da empresa Agrocere, primeira produtora de sementes do país. Essa empresa foi a porta de entrada para o *agribusiness* e foi vista por Rockefeller como exemplo da modernização capitalista da agricultura e como “motor do desenvolvimento econômico e social” (Agrocere, 2015).

No espelho desse processo, a política dos militares foi a de promover uma colonização do interior e expansão sem precedentes da fronteira agrícola, sobretudo sobre as áreas da Amazônia Legal, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966. Se estabelecia o que era a Amazônia Legal e uma série de incentivos fiscais para empresas de colonização, extrativistas e agropecuárias. A criação de pasto para gado foi uma das principais apostas desse processo, incluindo, desde então, áreas florestais e do cerrado. O Estado, portanto, atuou pesadamente para transformar terra pública em propriedade privada, abrir uma nova fronteira de extração da renda da terra que pudesse ser convertida em capital. Criação de estradas, grandes rodovias, portos, sistemas de comunicação, foram turbinados pelo Estado, que via na conquista da Amazônia uma oportunidade “de ouro” para a emergência geopolítica do Brasil.

Alguns dados de José de Souza Martins (2010), citados por Firmiano (2014), permitem visualizar a concentração fundiária que se operou na Amazônia. Entre 1950 e 1960, 86,5% das terras ocupadas por propriedades agrícolas tinham menos de 100 hectares. Na década seguinte, 35,3% das propriedades tinham mais de 100 hectares. Ao mesmo tempo que falava de modernizar o latifúndio, o expandiu pelo Norte e pelo Centro-Oeste como nunca havia acontecido, causando conflitos agrários em grandes proporções. Terras indígenas, devolutas e ocupadas do Norte e do Centro-Oeste passaram a entrar no circuito de produção de valor, sendo uma das regiões onde mais se empregou trabalhadores na agricultura.

[...] a política de colonização dirigida (oficial e particular) orientou-se no sentido de favorecer a formação de alguns assentamentos de colonos organizados no sentido de produzir para o mercado – e também servir de reserva de força de trabalho para as empresas agropecuárias e os empreendimentos estatais (Ianni, 2019, p. 170).

Se a média de crescimento do pessoal ocupado na agricultura foi de 19,7% entre 1970 e 1975, no Centro-Oeste foi de 36,1% e no Norte 54,7% (FIBGE, *apud* Ianni, 2019). Muitos foram contratados para atividades extrativistas, de abertura de pasto, bem como de construção das rodovias, configurando grande parte da classe trabalhadora da região da Amazônia, do Norte e Centro-Oeste criada pelo regime militar. Se constituíram como colonos, vindos do Nordeste, do Rio Grande do Sul e de outras regiões, criando povoados, inclusive alguns assentamentos. É desse processo que nascem cidades que depois se tornaram polos do agronegócio, sobretudo o setor sojeiro, como Sorriso (MT).

Não obstante, Ioris (2016) discute o fracasso dessa expansão colonial na Amazônia. Ela exigia enormes subsídios estatais para sustentar a produção agrícola na região, que não vingou, reduzindo aquelas terras a fins especulativos. Os colonos trazidos para a região acabaram como empregados de grandes fazendas e os poucos assentamentos criados foram absorvidos pelo latifúndio. A área produzida caiu de 780.000 hectares para 440.000 hectares. Se o lucro da produção de *commodities* não se realizou e foi decaindo ao longo das décadas, a renda obtida pelas novas propriedades criadas foi transferida para o financiamento de atividades urbano-industriais no sul e no sudeste. O avanço da modernização produtiva no país nasce, portanto, umbilicalmente ligado à extração de renda da terra.

PROLETARIZAÇÃO NO CAMPO: UNIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

Como vimos, ainda que tenham sido criadas algumas indústrias nacionais, a maior parte dos insumos agrícolas era vendida para o Brasil por monopólios estrangeiros, de modo que esse fortalecimento de uma burguesia agroindustrial não só mantinha como também expandia a dependência e a subordinação à burguesia imperialista por meio da financeirização e da fusão de capitais. O pilar fundamental para essa expansão do capital monopolista no país, segundo Ianni (2019), foi a política de arrocho salarial. Em seu livro *A ditadura do grande capital*, de 1981, Otavio Ianni explica que o arrocho se deu em nome do combate à inflação, mas voltava-se a garantir uma expropriação extraordinária de mais-valia dos trabalhadores. A política agrícola dos governos militares cumpriu um papel chave na implementação do arrocho.

Resumidamente, a política salarial dos militares se justificava pela necessidade de desenvolver as forças produtivas diminuindo o poder de barganha dos trabalhadores, como suposto antídoto ao aumento dos preços (que teria se provado ineficaz no controle inflacionário). Enquanto isso, garantia a transferência de recursos públicos para o setor privado pela via do crédito, de isenções e da facilitação de importação. Tanto no setor privado quanto dentro das

estatais, o arrocho tinha como objetivo a exploração de uma mais-valia potencial (permitindo apenas reajustes anuais). Na medida em que o planejamento econômico do governo permitia ciclos de aumento da mais-valia absoluta, o arrocho valia como uma espécie de força produtiva adicional. A violência estatal e o controle sindical evidentemente que cumpriram um papel indispensável para essa política.

Aumentando a massa de mais-valia, gerou-se o que Ianni definiu como uma mais-valia extraordinária, em base ao aumento da pauperização, repartida entre a burguesia nacional e monopolista (imperialista), que fora o verdadeiro pilar do Milagre Econômico. Dados do DIEESE (1978) citados por Ianni (2019) mostram que a proporção entre o preço da ração (equivalente estatístico ao da cesta básica atualmente) e o salário mínimo, aumentou de 43% em 1970 para 66% em 1974, e 61% em 1978. Enquanto isso, o Produto Real per capita aumentava cerca de 76% entre 1964 e 1976, mas o salário-mínimo real caiu cerca de 16,5% no mesmo período (Ianni, 2019, p. 139-145).

Ao compreender a centralidade da política de arrocho salarial dos militares para o seu projeto desenvolvimentista, é possível ter uma melhor apreensão do papel da agricultura nesse plano. Delfim Netto, famigerado ideólogo da política econômica da Ditadura empresarial-militar, deu a seguinte declaração ao assumir o Ministério da Agricultura em 1979:

Da agricultura, portanto, se espera que ela cumpra essas quatro tarefas fundamentais: aumentar a oferta de alimentos; aumentar a oferta de produtos exportáveis; liberar recursos humanos; e fornecer capital para o setor que está precisando dele (Netto *apud* Ianni, 2019, p. 150).

Vemos que o papel da agricultura tinha quatro frentes: obter dólares por meio do comércio exterior para oferecer aos industriais melhores condições de importação; adquirir matérias-primas e capitais a serem reinvestidos em outras áreas, o que se deu sobretudo na indústria do Sul e Sudeste; aumentar a produção de alimentos para a cidade; atender a demanda do crescente proletariado industrial; e, por fim, obter mão de obra barata para a indústria. A criação de uma agroindústria voltada para a exportação era a aposta de Delfim Netto para posicionar o Brasil dentro da economia mundial (Firmiano, 2014), ao mesmo tempo que subordinava a agricultura à política de industrialização no Sul e no Sudeste. Para isso, o processo de proletarianização da população rural cumpriu papel decisivo. Grande parte dos trabalhadores das novas indústrias haviam sido trabalhadores rurais ou camponeses, assim como dos contingentes de desempregados. Se, em 1940, 64% da força de trabalho estava concentrada na agricultura, em 1969 esse número caiu para 43% (FIESP-CIESP *apud* Ianni, 2019).

A respeito desse processo, Ianni constata aquela que é uma das contradições fundamentais produzidas pelo projeto desenvolvimentista dos militares no campo.

À medida que se desenvolve o capitalismo na cidade e no campo, de forma intensiva e extensiva, tanto avança uma espécie de “homogeneização” do mercado de força de trabalho como avança a “unificação” das classes sociais em geral, inclusive o operariado urbano e rural (Ianni, 2019, p. 161).

Essa maior “unificação”, do ponto de vista das relações sociais, entre a classe trabalhadora urbana e a rural, é fruto da maior integração do processo produtivo entre a cidade e o campo

causado pelo avanço da agroindústria. A maior dependência da tecnificação e da quimificação na agricultura capitalista faz com que ela não seja capaz de prescindir dos insumos e das máquinas agrícolas fornecidas pela indústria pois, para ser competitiva no mercado, precisa sempre buscar meios de elevar a produtividade no campo⁵. Ianni identifica um potencial fortalecimento da organização política dos trabalhadores ao diminuir a distância entre o rural e o urbano.

Essa maior unificação entre cidade e campo, porém, se dá de maneira simultânea a uma maior diversificação do trabalho no campo e uma tendência a maior fragmentação subjetiva dos trabalhadores. Dada a condição de dependência em relação ao capital monopolista, essa diversificação do trabalho no campo incluía formas de exploração ainda mais violentas. Elevavam-se os índices de trabalho infantil na agropecuária, assim como a condição semiescrava de pessoas que se deslocavam até o Centro-Oeste tendo que pagar com trabalho a dívida do seu deslocamento. Além disso, sitiantes, caboclos, posseiros, entre outros setores camponeses e também de indígenas, passaram à condição de proletários da agropecuária e da agroindústria. Uns viviam nas terras do latifundiário ou empresário e recebiam parte do trabalho em moradia. Porém, grande parte da força de trabalho que se expandiu nesse período foi a dos trabalhadores temporários, sob as mais diversas denominações, a mais conhecida foi a dos chamados boias-frias. Na medida em que a monocultura avançava, a oferta de trabalho passava a depender, cada vez mais, da temporalidade das safras de plantio e da colheita de uma variedade cada vez menor de produtos.

Da mesma forma, aqueles setores que detinham alguma terra para subsistência são aproveitados como reserva de mão de obra. Esses camponeses se viam obrigados, para obter algum dinheiro, a vender sua força de trabalho nas fazendas e galpões, sem que o capitalista se visse obrigado a pagar um salário, se aproveitando da capacidade desses trabalhadores obterem alimento por meio do plantio em suas terras. Essa condição híbrida, de camponês e assalariado, se mostrava uma vantagem, não para o trabalhador e sua família, mas para o empresário, que utilizava essa mão de obra para reduzir os custos da produção e rebaixar o nível salarial do conjunto dos trabalhadores rurais.

A partir da década de 1970 começaram a surgir respostas de trabalhadores e de camponeses ao processo de modernização conservadora no campo protagonizado pela Ditadura. Apesar da diversificação das formas de exploração da força de trabalho no campo, criadas pelo desenvolvimentismo dos militares, as contradições sociais por ele geradas foram o motor de uma nova onda de lutas sociais no campo. O sujeito dessas lutas, porém, era distinto do ascenso revolucionário encabeçado pelas Ligas Camponesas. Mesmo sem ter atingido o mesmo grau de radicalidade, era qualitativamente mais proletário e fazia parte do maior ascenso operário da história brasileira, podendo unir trabalhadores rurais e urbanos em uma mesma luta contra o arrocho, pilar da Ditadura.

5 O que pressiona, ao mesmo tempo, a uma extração cada vez maior da fertilidade do solo, agravando a ruptura metabólica entre o trabalho e a natureza e a um aumento da intensidade do trabalho. Faço essa breve alusão à discussão de Marx (2017), resgatado por Foster (2022), Saito (2021), entre outros ecólogos marxistas, sobre o papel do capital em romper a capacidade da natureza repor aquilo que é extraído na produção de riqueza. A ruptura metabólica trata da quebra do equilíbrio entre a sociedade, regida pelo trabalho, e a natureza, no processo de reprodução ampliada do capital (Fonseca e Tonelo, 2024).

Durante o ascenso operário de 1978-1980, cujo centro de gravidade eram os metalúrgicos do ABC paulista, os trabalhadores rurais, com destaque para os boias-frias canavieiros de Pernambuco, foram protagonistas de greves massivas. Dos quase 1 milhão de trabalhadores que fizeram greve ao longo de 1978, dezenas de milhares eram cortadores de cana da cidade de Cabo de Santo Agostino, que protagonizam a primeira greve de sua categoria desde 1964. Assim como os operários de São Bernardo e de São Caetano (SP), os boias-frias pernambucanos puderam arrancar um reajuste expressivo, que representava um golpe na política de arrocho salarial (Giannotti, 2007).

No ano seguinte, dois outros municípios de Pernambuco, São Lourenço da Mata e Paudalho, eram palco das mesmas greves, com 18 mil dos seus 20 mil canavieiros paralisados exigindo reajuste de 100% dos salários, suspendendo a produção de 38 das 60 usinas locais (Ianni, 2019). Esse ascenso operário ameaçou derrubar a Ditadura rompendo com o pacto da transição conservadora (Fernandes, 2014). Contudo, foi derrotado no seu centro de gravidade, graças à política conciliadora de Lula e dos sindicalistas autênticos no ABC paulista. Ainda assim, significou um impulso para lutas sociais posteriores. No Norte e no Centro-Oeste, na região que depois foi se tornar o Mato Grosso do Sul, a expulsão de povos originários de suas terras levou à organização do movimento indígena que questionava o colonialismo impulsionado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). No Sul e no Sudeste, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) como forma de organização de trabalhadores rurais e pequenos proprietários que perderam suas terras frente à política agrária da Ditadura.

DO DESENVOLVIMENTISMO À ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO: BREVES APONTAMENTOS

Todo esse projeto de modernização capitalista da Ditadura se esgota diante da crise fiscal dos anos 70. Há uma perda de tração das políticas agrícolas e agroindustriais, sua integração técnico-produtiva e financeira (Passos Guimarães, 1982). As políticas de crédito rural e de incentivos fiscais são esvaziadas, fazendo saltar as contradições construídas ao longo dos anos. Em primeiro plano, como parte da crise do Milagre Econômico da Ditadura, a dívida externa brasileira cresce enormemente e conduz a um período de crise inflacionária no país. Uma crise que começa no plano internacional, com o esgotamento do ciclo fordista do pós-guerra, que culmina no período dos acordos de Bretton Woods, do ascenso neoliberal, respondido pela restauração capitalista nos ex-Estados soviéticos, sobretudo a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim.

Ao longo do processo de redemocratização, houve uma nova disputa acerca do papel da produção agropecuária em resposta à crise e à hiperinflação. Por um lado, os setores empresariais defendiam o fortalecimento da produção voltada ao comércio exterior, à produção de *commodities*, com o objetivo de gerar divisas, dólares, para pagamento da dívida pública. Por outro lado, os movimentos sociais defendiam uma produção voltada ao mercado interno para abastecer o país de alimentos e combater o aumento dos preços.

Essa disputa irá perdurar até pelo menos o início dos anos 2000. Na década de 1990, acontece uma explosão de ocupações de terra pelo MST, que levou ao maior número de assentamentos criados depois da “redemocratização”. Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), setores patronais do campo passaram a se organizar para colocar limites aos marcos legais da reforma agrária. Havia dois atores que disputavam a representação de interesses da burguesia agrária naquele momento. O mais atuante era a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), fundado em 1969, que expressava a associação do empresariado rural fortalecido com a política agrária da Ditadura e que não se via representado pela CNA, bastante enfraquecida com a crise do regime militar. E o outro grupo era dirigido pela União Democrática Ruralista, que representava os fazendeiros que organizavam o enfrentamento físico, armado, contra as ocupações de terra. Ambos cumpriram um papel complementar no combate às propostas de Reforma Agrária na nova Constituição. Mas fora a OCB que, institucionalmente, obteve maior reconhecimento na capacidade de limitar o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sendo responsável por articular a Frente Parlamentar da Agropecuária nos primeiros dias da ANC.

Como vimos, o modelo agroexportador esteve no cerne da estrutura fundiária, empresarial, promovida pela modernização conservadora dos militares e idealizada por Delfim Netto. A opção por esse modelo, como aposta de inserção do Brasil no mercado internacional e de controle inflacionário, foi novamente a escolha das elites governantes. Primeiro como resposta à crise cambial de 1982, mas sem um planejamento estruturado, capaz de dar sustentabilidade ao projeto. Somente a partir da segunda crise cambial, de 1999, é que essa opção passa a dirigir a macroeconomia brasileira.

O que não deixou de enfrentar um período turbulento de transição com o fim da modernização conservadora, marcado pelo esgotamento da política de crédito rural, de queda na renda fundiária (e do preço da terra), estancamento dos complexos agroindustriais, nos marcos de uma desindustrialização generalizada. No seu lugar, se consolidou o que Delgado (2012) chamou de “economia do agronegócio”, baseada em uma maior liberalização do comércio exterior, maior fluxo de capitais ao país e estímulo às exportações. A demanda por produtos primários, de origem agropecuária, se tornou o fiel da balança.

Com o Plano Real de Fernando Henrique Cardoso, houve um fomento para a entrada de capitais no período. Esteve ancorado em uma moeda sobrevalorizada, em tarifas limitadas e na desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial. Em compensação, com a Lei Kandir, retirou impostos estaduais para a exportação de *commodities* primárias, como forma de combater o aumento do déficit das contas públicas produzidas pelo câmbio valorizado. O maior endividamento desse processo, que parecia sem contradições, submeteu a economia do país e do complexo agroindustrial às oscilações da conjuntura econômica internacional. Foi responsável por efeitos negativos na renda agrícola, com a queda do preço das terras. O que facilitava a política de assentamentos no período, mas fez com que a renda do latifúndio diminuísse, enquanto o Estado deixava, desde o governo de Fernando Collor, de assumir responsabilidade pela política agrícola e pelo controle de preços. Por fim, ao mesmo tempo que a política econômica se fazia mais dependente das exportações agrícolas (além de outras *commodities*), elas estavam

em queda no final do seu segundo mandato. Com isso, o PIB agrícola cai no final dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Sob os efeitos da crise de 1999, a estratégia de exportação de produtos agrícolas para geração de divisas e para equilibrar as contas públicas volta com maior ímpeto. A agricultura capitalista assume de uma vez por todas o protagonismo econômico e a atenção das políticas de Estado. Um processo marcado pela reprimarização produtiva em torno do mercado mundial de *commodities*, maior financeirização externa da acumulação de capital, associado à desindustrialização ao longo do século XXI (Firmiano, 2020), dominado por empresas transnacionais e associado ao capital financeiro internacional.

A partir disso é que Delgado (2012) propõe uma definição teórica de como deve ser entendido o agronegócio, que se consolida no Brasil na década de 2000:

[...] agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado (Delgado, 2012, p. 93).

O *agribusiness*, ou agronegócio brasileiro, descreve a associação do grande capital agroindustrial com a propriedade latifundiária, que “realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (Delgado, 2012, p. 94). As bases dessa estrutura agrária foram construídas pela Ditadura empresarial-militar, embora o sucesso do seu projeto para a agricultura tenha sido limitado, senão falido com o Milagre Econômico.

A concentração agrária resultante da expansão de fronteira, consolidada pela transição pactuada de 1988, favoreceu um novo ciclo de avanço da área agricultável adequada ao modelo macroeconômico neoliberal. Impulsionado pela demanda por dólares, o final do governo FHC promoveu uma abrupta desvalorização da moeda, que favoreceu o comércio exterior, tendo a soja como principal pauta agrícola de exportação. Ioris (2016) vai chamar esse movimento de neoliberalização do agronegócio, com entrada massiva de tecnologia e de capital estrangeiro para as regiões de fronteira, voltadas ao máximo de extração de mais-valia. Nesse processo, não apenas grandes multinacionais passam a monopolizar terras no país, mas também surgem novas empresas transnacionais brasileiras, como Amaggi, BRF, JBS, Marfrig. Essa foi a forma com a qual a criação de fronteira pelo agronegócio conectou e transformou circuitos centrais e periféricos do capitalismo agrário neoliberal.

O impulso maior desse processo foi a industrialização e a urbanização da China. Durante os anos 2000, a China se converteu no maior comprador de *commodities* da América Latina e em especial do Brasil, sobretudo de ferro e de soja. Entre os anos 2000 e 2019 a China passou de menos de 5% das exportações brasileiras para 29,7%. Até 2008 eram os Estados Unidos o principal comprador de produtos brasileiros, mas esse número foi decaindo ao longo desse período, de 26,2% para 12%. Foi o que ficou marcado como período de *boom das commodities*, que levou o agronegócio a se posicionar como fração de classe dominante no Brasil.

O papel do capital financeiro e do Estado esteve novamente no coração dessa “moderna” cadeia produtiva. Só foi possível existir agronegócio no Brasil com estímulos pesados, principalmente de crédito, por parte dos governos. Ao contrário do discurso do agronegócio pautado pelo livre mercado, o agronegócio só foi capaz de aproveitar os bons ventos da economia mundial dos anos 2000 graças ao papel ativo do Estado brasileiro, sobretudo durante os dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva. Foi por meio da renovação do Sistema Nacional de Crédito, dos subsídios dos Planos Safra, associado a mecanismos de comercialização agropecuária e de valorização e apropriação de terras, que o agronegócio brasileiro se tornou um dos maiores produtores de *commodities* agropecuárias do mundo.

Ao mesmo tempo, ocorre nesse período o que Delgado (2012) chama de dupla exploração, do trabalho e dos recursos naturais. O aumento físico de queimadas e o uso intensivo de agrotóxicos são evidências da exploração da natureza. A revisão do Código Florestal, primeiro por meio da sua flexibilização (violação) e prorrogação de punições legais, que depois vão ser consolidadas com alterações via poder legislativo, representou um marco fundamental. Por sua vez, Delgado aponta o aumento de pedidos de entrada no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de auxílios-doença, ou por invalidez, de trabalhadores rurais, como sintoma da intensificação da exploração da força de trabalho. Foi um período marcado pelo aumento da precarização do trabalho, sobretudo fazendo uso da terceirização do trabalho, que se fez presente principalmente na agroindústria.

Houve uma queda na participação da indústria no emprego formal medido pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), exceto no setor de alimentos e nos estados onde se expandia o agronegócio, como Mato Grosso, Roraima, Goiás, Tocantins, entre outros. Nesses estados, houve um saldo positivo, no período de 2010 a 2018, de 112 mil empregos. Contudo, como mostra a pesquisa de Oliveira (2020), a maior parte desses empregos formais foi em base a contratos terceirizados, aumentando 61,6% entre 2006 e 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível falar em agronegócio no Brasil ao fazer referência ao projeto burguês para o campo, para a agricultura, durante o período da Ditadura empresarial-militar. Embora a ideia de *agribusiness* já aparecesse em eventos promovidos pela Agrocere e por outras entidades ao longo daquele período, a ideia só ganharia real impulso no final da década de 1990. Durante o período da Ditadura empresarial-militar, a agricultura esteve associada à estratégia integrada de expansão dos complexos agroindustriais, do mercado de terras e do sistema de crédito rural, assim como à industrialização nas cidades do Sul e do Sudeste. No final dos anos 90, o agronegócio ressurgiu como um projeto de acumulação de capital no setor agrícola (Delgado, 2012), pautado pelo objetivo de equilibrar a balança comercial com o comércio exterior – aproveitando a demanda por *commodities* impulsionada pela economia chinesa – e de geração de divisas para o pagamento da dívida pública. Uma mudança que ocorreu durante a última década do século XX

e se consolidou de fato em 1999. Esse momento da “economia do agronegócio”, nos termos de Delgado (2012), reproduz de maneira ampliada a estrutura agrária criada pela Ditadura.

Portanto, o *agribusiness* ressurgiu enquanto conceito no momento em que o neoliberalismo ganha impulso no Brasil e reconfigurava o papel da agricultura diante da política econômica e financeira do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, representava o aprofundamento da subordinação da agricultura ao comércio exterior, assim como ao capital financeiro, sobretudo por meio de um robusto sistema de crédito à agropecuária, a exemplo do Plano Safra. Na medida em que avança a desindustrialização e a economia brasileira vai se tornando cada vez mais centrada no agronegócio, no extrativismo mineral e petrolífero, o conjunto da economia fez-se mais suscetível à dinâmica internacional e seus impactos no preço das *commodities*. Ao longo do século XXI, o agronegócio se manteve relativamente estável do ponto de vista econômico, mesmo após a crise neoliberal de 2008, ao mesmo tempo que estabelecia relações de dupla dependência (Lanfredi, 2023) do Brasil com os EUA e com a China. Em um cenário mundial marcado pelas crescentes tensões entre esses dois países – fruto da decadência do império norte-americano e da perda de espaço para a China – a estabilidade relativa do agronegócio brasileiro terá de resistir às tendências destrutivas inscritas no duelo pela hegemonia entre seus dois amos.

Além disso, se aprofunda o peso da dupla exploração na agropecuária e na agroindústria. Está em curso um processo ainda maior de proletarianização, tanto em unidade quanto em diversidade, com destaque para os serviços logísticos. E um protagonismo do agronegócio brasileiro em questões socioambientais, como incêndios, desmatamento, como parte da expansão do latifúndio, sendo o maior emissor de gases estufa do país⁶, além de uma liberalização acentuada de agrotóxicos. A terceirização do trabalho se tornou um dos pilares da exploração do trabalho no campo, legalizando formas de trabalho ultraprecárias, ou até semiescravas, como ficou evidente com os resgates de trabalhadores terceirizados em situação análoga à escravidão⁷. Além disso, “[...] 90% dos trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo envolviam empregados terceirizados.” (Martinez, 2018, p. 357).

No avesso dessa dupla exploração promovida pelo agronegócio, temos indícios de que o feitiço está se voltando contra o feiticeiro. A crise climática se torna cada vez mais um obstáculo para a própria acumulação capitalista do agronegócio, cujos impactos humanitários são fermento para o enfrentamento social contra a catástrofe iminente do modelo agroextrativista. Mas também, ao se aprofundar a proletarianização no campo e a maior dependência em relação aos trabalhadores urbanos, fruto da integração das cadeias produtivas, o agronegócio se torna mais vulnerável à luta de classes a jusante e a montante. O que torna a aliança entre o campo e a cidade, embora repouse sob uma base mais fragmentada de trabalhadores, ainda mais perigosa para os interesses hegemônicos do capitalismo brasileiro.

6 PRODUÇÃO de comida responde por 74% das emissões do Brasil. **Observatório o clima**. Brasil, 24 out, 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/producao-de-comida-responde-por-74-das-emissoes-do-brasil/>. Acesso: 10 fev. 2025.

7 TRABALHADORES RESGATADOS em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber. **G1 Globo**, Rio de Janeiro, 27 fev, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/27/trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-no-rs-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>. Acesso: 14 jan. 2025.

REFERÊNCIAS

- AGROCERES. **70 Anos**. 2015. Disponível em: <https://agroceres.com.br/public/assets/uploads/11052016121225.pdf>. Acesso: 15 jan. 2025.
- DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965 – 2012]**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS. 2012.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.
- FARIAS, Luiz. **Classe trabalhadora na ‘capital do agronegócio’: terra, trabalho e espaço urbano em Sorriso-MT**. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2020.
- FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política**, São Paulo/SP: Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2014.
- FIRMIANO, Frederico Daia. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista - UNESP/Araraquara, São Paulo, 2014.
- FIRMIANO, Frederico Daia. “Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres?” - O bloco de poder agro do governo Bolsonaro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, 2020, Jun-Set, p. 364-387
- FONSECA, Ítalo e TONELO, Iuri. A teoria da crise do capital em Marx e a dimensão ecológica. **Revista Estudos de Sociologia**. v. 3 n.30, p.1-20, dez, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/264927>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- FOSTER, John Bellamy. **La ecologia de Marx: materialismo y naturaleza**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones IPS, 2022.
- GIANNOTTI, Vito. **História da luta dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: MauadX. 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. v. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2020.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX; 1914-1991**. 2 ed. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2019.

IORIS, Antônio. Rent of agribusiness in the Amazon: A case study from Mato Grosso. **Revista Land Use Policy**, v. 59, p. 456–466, dez, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837716303544>. Acesso em: 12 jan. 2025.

IORIS, Antônio. The Politics of Agribusiness and the Business of Sustainability. **Sustainability**, v. 10, n. 5, p. 16-48, 20 mai. 2018. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/5/1648>. Acesso em: 12 jan. 2025.

LANFREDI, Leandro. A nova política externa de Lula não é tão nova e é a continuação da política interna de conciliação de classes. **Semanário Ideias de Esquerda**, 23 abr, 2023. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/A-nova-politica-externa-de-Lula-nao-e-tao-nova-e-e-a-continuacao-da-politica-interna-de-conciliacao>. Acesso: 19 jan. 2025.

LANFREDI, Leandro. O Brasil em chamas: a culpa é do agro, do Estado, mas também é dos bancos. **Semanário Ideias de Esquerda**, 15 set, 2024. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=57872. Acesso: 18 jan. 2025.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 2 ed. São Paulo/SP: Editora Global, 1982.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital – os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo/SP: Ensaio, 1990.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária**. São Paulo/SP: Hucitec, 1984

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra. ed. ampliada**. São Paulo/SP: Contexto, 2010.

MARTINEZ, Luciano. A terceirização de 2017. In: TUPINAMBÁ, Carolina; GOMES, Fábio Rodrigues (org.). **A reforma trabalhista: o impacto nas relações de trabalho**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro 3: O processo de circulação do capital**. São Paulo/SP: Boitempo, 2017.

MATOS, Daniel e URBANO, Edison. O processo revolucionário que culmina no golpe de 64 In: **Revista Estratégia Internacional Brasil** nº 2, 1 ed. set. 2007. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-processo-revolucionario-que-culmina-no-golpe-de-64-e-as-bases-para-a-construcao-de-um-partido>. Acesso em: 12 jan. 2025

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista / O ornitorrinco**. São Paulo/SP: Boitempo, 2020.

PASSOS GUIMARÃES, Alberto. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1982.

POMPEIA, Caio. **Formação política do Agronegócio**. São Paulo/SP: Elefante, 2021.

POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n.104, p. 351-410, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/bWNJXhwGrcqZRqjJF6rD5pv/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PRADO Jr., Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRODUÇÃO de comida responde por 74% das emissões do Brasil. **Observatório o clima**. Brasil, 24 out, 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/producao-de-comida-responde-por-74-das-emissoes-do-brasil/>. Acesso: 10 fev. 2025.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.

TRABALHADORES RESGATADOS em situação de escravidão no RS: o que se sabe e o que falta saber. **G1 Globo**, Rio de Janeiro, 27 fev, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/02/27/trabalhadores-resgatados-em-situacao-de-escravidao-no-rs-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>. Acesso: 14 jan. 2025.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa. Tomo I**. São Paulo/SP: Sundermann, 2017.

(Recebido para publicação em 18 de fevereiro de 2025)

(Reapresentado em 30 de março de 2025)

(Aprovado para publicação em 4 de abril de 2025)